



## A HISTÓRIA DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq:

um retrato da pouca expressão feminina na política de Ciência & Tecnologia nacional

Vívian Matias dos Santos Albuquerque<sup>1</sup>

### RESUMO

Na história de construção do CNPq, a participação de mulheres e homens não se deu de forma igualitária. Desde o momento de sua criação, vinculado estreitamente com o contexto do pós-guerra, o sexo feminino, quando não estava totalmente ausente, participou de maneira marginal. Mesmo hoje a presença das mulheres sendo crescente no financiamento à produção científica e tecnológica, elas ainda não ocupam os cargos decisórios nesta instituição. Assim, o estudo do CNPq numa perspectiva de gênero, torna-se relevante na medida em que retrata a pouca expressão feminina no cenário da Política de C&T nacional.

Palavras-Chave: Gênero, Política de Ciência & Tecnologia e Ciência.

### ABSTRACT

In the CNPq's history has been unequal participation for each sex. The women never occupied derisory posts while the men have been presidents of the science & technology's policy. Although the feminine sex already is very present among researchers, it not goes out of the marginal scientific position.

Keywords: Gender, Science & Technology's Policy and Science.

## 1 INTRODUÇÃO: Ciência, Tecnologia e Guerra

As demandas para a criação de uma instituição que fomentasse e coordenasse o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil remonta já do período entre guerras, quando em 1931 a Academia Brasileira de Ciências (ABC), sugeriu ao governo, por vias formais, a criação de um Conselho de Pesquisas. Em 1936 a proposta foi aceita pelo Presidente Getúlio Vargas, mas recusada pelos Parlamentares. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com os significativos avanços da tecnologia aérea, bélica e farmacêutica, que as autoridades de vários países perceberam a importância da pesquisa científica e tecnológica, principalmente no que se refere à energia nuclear.

A bomba atômica era a prova real e assustadora do poder que a ciência poderia atribuir ao homem. A partir daí, diversos países começaram a acelerar suas pesquisas ou mesmo a montar uma estrutura de fomento à pesquisa, como no caso do Brasil. Apesar de detentor de recursos minerais estratégicos, o país não tinha a tecnologia necessária para seu aproveitamento.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestranda pela Universidade Estadual do Ceará. Grupo de Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais

<sup>2</sup> HISTÓRIA. Disponível em :<<http://www.cnpq.br/sobrecnpq/historia.htm>>. Acesso em: 25 maio 2004.

Devido a isso, a origem do CNPq esteve estreitamente vinculada à força militar, especialmente na pessoa do Almirante engenheiro Álvaro Alberto da Motta e Silva, então representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). Este, juntamente com a ABC, propôs a criação do Conselho em 1946, sendo aprovada a respectiva lei somente em 1951<sup>3</sup>.

Considero relevante, aqui, tecer algumas considerações acerca do contexto pós-guerra, que abriu precedentes para o acento na importância da pesquisa científica não somente no Brasil, mas em muitos países. A Guerra pode ser vista como algo que se transformou num “motor” para o desenvolvimento científico e tecnológico, tanto que de maneira geral:

Luego de la Segunda Guerra Mundial, en los gobiernos de los países aliados se formó el consenso de que se había vencido gracias a la investigación científica aplicada al armamento y a los medios de transporte y se había reducido el tiempo del conflicto ahorrando considerables recursos económicos y vidas humanas” (NEFFA, 2000, p.27).

No que diz respeito ao estudo de gênero, este contexto tem sido percebido como um período muito importante para compreender como as mulheres conseguiram adentrar em certos ramos de trabalho e formação científica, e como se reconfigurou a discriminação das mesmas nestes espaços. Acerca deste cenário, Sedeño (2004) realiza um interessante estudo sobre a atuação das mulheres na ciência, na tecnologia e na indústria dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial.

De acordo com a autora, as mulheres realizaram importantes contribuições durante o período de guerra, tanto para o desenvolvimento da vida de retaguarda, quanto para o movimento em prol da participação igualitária das mulheres na ciência & tecnologia, na academia e no mercado de trabalho. Estas contribuições se deram em algumas vias: realizando trabalhos temporários substituindo os homens que estavam nos campos de batalha, ou mesmo realizando trabalhos voluntários dentro e fora do espaço do lar. E, mais especificamente no terreno da ciência:

as mulheres tiveram três frentes: de um lado, foram-lhes abertas as portas das indústrias; de outro, aumentou o número de mulheres em cargos governamentais e, por último, nos *colleges* houve grande atividade de diversos tipos (...) que tinham a ver, sobretudo, com a oferta de cursos relacionados com a guerra, mas em programas de treinamento em tarefas tipicamente “femininas”, (...) [como, por exemplo], nutrição, conservação de alimentos, química industrial, bacteriologia, elaboração de mapas e telegrafia sem fios (...) [ou ainda treinando] enfermeiras para a guerra (Sedeño, 2004, p.207).

<sup>3</sup> O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) foi criado a partir da Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, e tinha como “finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (Artigo 1º). In: Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.prossiga.br>>. Acesso em: 25 maio 2004.

Assim as mulheres tiveram uma participação mais efetiva em várias áreas de conhecimento, mas isso se deu em direção àquelas áreas já feminizadas. No caso dos EUA a exceção foi a química industrial, e isso somente ocorreu porque antes da guerra o país dependia da Alemanha nesta área, e tornando-se seu rival, teve que rapidamente melhorar suas indústrias químicas. Desta maneira, na escassez da mão-de-obra tradicional –a masculina- teve que investir nas mulheres.

Mesmo assim, esta exceção não deve ser vista como uma vitória incontestável do sexo feminino. Ao contrário, elas continuaram numa posição desvantajosa em relação aos homens, pois recebiam menores salários mesmo realizando trabalho igual, e, além disso, quando estes retornavam da guerra, a mão-de-obra feminina era dispensada e estes postos de trabalho novamente passavam a pertencer aos trabalhadores do sexo masculino.

## **2 CNPq: mulheres ausentes do processo decisório?**

No Brasil, na década de 1950, o investimento inicial em determinadas áreas de conhecimento, excluiu as mulheres da política científica. A principal meta do CNPq de então foi proporcionar a formação de recursos humanos qualificados para pesquisa, concedendo bolsas e auxílios voltados para o estudo, e a formação. Neste primeiro momento, os campos da ciência ligados à Física receberam prioridade no tocante aos incentivos. Esta, sendo uma área tradicionalmente masculinizada, possibilitou já num tempo inicial, dentre outras coisas, a construção de uma cultura masculina no campo científico nacional (e na política de C&T), ao passo que as mulheres eram excluídas destes espaços<sup>4</sup>

Até o ano de 1974, de acordo com o Artigo 6º da Lei 1310/51, o CNPq era composto pelo seguinte quadro: Conselho Deliberativo, “(...) órgão soberano de orientação das atividades do Conselho Nacional de Pesquisas” (Art. 7º); Divisão Técnico-científica, “ (...) encarregada de elaborar os planos gerais de pesquisa, relacionados com as objetivos do Conselho” (Art. 9º) ; Divisão Administrativa, que tinha “a seu cargo os serviços de Administração, Contabilidade e Documentação” (Art. 10º).

No que se reporta aos Dirigentes do Conselho, desde sua criação até 1974, ou seja, mais de duas décadas, nenhuma mulher ocupou a presidência ou a vice-presidência da instituição. Na diretoria da Divisão Técnico-científica<sup>5</sup>, no intervalo 1951-1965, de um

<sup>4</sup> É interessante mencionar que ainda hoje a física continua sendo considerada uma carreira masculina. Numa pesquisa realizada por Melo & Lastres (2006), ao longo da década de 1990 a participação feminina nas bolsas individuais concedidas pelo CNPq não ultrapassou 19.6%, enquanto que os homens mantiveram sua margem de atuação na casa dos 80%.

<sup>5</sup> A Lei 1310/51, determina no § 1º do Art. 9º, que a “direção da Divisão Técnico-Científica será exercida por 1 (um) Diretor Geral e a de cada Setor por 1 (um) Diretor de Pesquisas, de livre designação do Presidente, escolhidos, ou não, dentre os membros de Conselho e sujeitos ao regime de tempo integral”.

universo de 141 diretores<sup>6</sup>, também a participação foi 100% masculina. A partir de 1966, percebemos uma pequena mudança, deste ano até 1970 foi registrada a participação das primeiras mulheres, variando entre 10 e 13 pontos percentuais. No período de 1971 a 1974, a presença feminina manteve-se em torno de 5% a 6%.

O fato de terem sido inseridas as primeiras mulheres no núcleo dirigente do Conselho, mesmo que em termos de representação percentual tão baixa, pode significar um avanço diante da total exclusão. Porém, se olharmos mais atentamente notamos que esta maior abertura para a atuação feminina não significa de fato uma quebra com o paradigma da divisão sexual do trabalho, que se apresenta de forma hierárquica e territorializada. Os cargos ocupados pelas primeiras mulheres diretoras do CNPq, foram: Diretora da Divisão de Serviços Gerais e Diretora da Divisão de Pessoal. Estes cargos, mesmo estando localizados dentro do espaço da Política de Ciência e Tecnologia nacional, se aproximam mais das atividades tradicionalmente tidas como femininas – a gerência da limpeza e da organização do ambiente e também no trabalho que supostamente requer uma maior capacidade relacional – do que dos demais cargos dirigentes e definidores desta política.

A situação das mulheres é ainda pior no Conselho Deliberativo, de onde foram totalmente excluídas no período de 1951 a 1974, que caracteriza a primeira fase do CNPq<sup>7</sup>. Posteriormente, em 1985, que o Conselho passou a ser vinculado diretamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, órgão que, substituindo a SEPLAN/PR, passou a ser o centro do planejamento estratégico da Política de C&T no Brasil.

Foi com esta lei – nº 6.129 de 06.11.1974 – que o CNPq inicial tornou-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, permanecendo com a mesma sigla. A fundação passa a ter como finalidade:

auxiliar o Ministro de Estado Chefe da SEPLAN/PR [depois do MCT] (...) principalmente quanto à análise de planos e programas setoriais de ciência e tecnologia e quanto à formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecida pelo Governo Federal. (Artigo 1º).

Nota-se que o CNPq é uma das principais instituições definidoras da política de C&T nacional, e que a ausência das mulheres em seu corpo é sintomática da posição desvantajosa em que elas se encontram no campo científico. Nesta fase, a participação

---

<sup>6</sup> Somando-se os demais cargos e seus respectivos substitutos.

<sup>7</sup> Esta fase tem seu fim (não no que diz respeito à marginalização feminina) com a Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974, sancionada por Ernesto Geisel, por meio da qual o CNPq passa a ser de personalidade jurídica de direito privado, sob forma de fundação, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR). Ver: BRASIL. Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mtc.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2004.

feminina entre os Dirigentes manteve-se praticamente a mesma, permanecendo longe de uma representação igualitária em relação aos homens (Ver tabela 1).

**Tabela 1- Diretoria da Divisão Técnico-Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) segundo o sexo 1974 – 2004**

|                 | 1974  |       | 1984  |       | 1994  |       | 2004  |       |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                 | Total | em %  | Total | em %  | Total | em %  | Total | em %  |
| <b>MULHERES</b> | 1     | 6,0   | 3     | 8,0   | 2     | 6,0   | 1     | 11,0  |
| <b>HOMENS</b>   | 15    | 94,0  | 36    | 92,0  | 31    | 94,0  | 8     | 89,0  |
| <b>TOTAL</b>    | 14    | 100,0 | 39    | 100,0 | 33    | 100,0 | 9     | 100,0 |

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2006.

Em 1975 o Conselho Deliberativo foi substituído pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), que em 1985 – devido à criação do MCT - deixou de ser um órgão consultivo no CNPq, para auxiliar diretamente a Presidência da República. Neste intervalo de uma década, enquanto foi um órgão consultivo do CNPq, o CCT teve uma participação feminina irrisória: apenas foi observada a presença de 1 mulher, que nos anos 1980-1982 representou os percentuais de 3% e 4%.

A partir de 1986, o órgão consultivo superior do CNPq volta a ser o Conselho Deliberativo. Este, a partir da Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002, “é órgão superior de fixação da política e de orientação das atividades do CNPq e sua instância máxima de deliberação (...)” (Art. 6º). Nesta nova etapa, houve um crescimento da presença feminina no Conselho, que de 0% em 1986, passa para 12% em 1996, e, no ano de 2006, alcança 18% contra 82% de participação masculina.

O crescimento da presença feminina observado nesta instância da política nacional de C&T é algo que deve ser compreendido como mais um dos diversos avanços neste campo, um daqueles que não necessariamente impede que haja retrocessos, visto que não há ainda de fato uma ruptura com a lógica da desigualdade de gênero.

### **3 CONCLUSÃO?** Múltiplas questões a serem pensadas

Se por um lado sabe-se que as mulheres tiveram e têm pouca expressão nos cargos decisórios da política de C&T nacional, por outro, no que diz respeito ao financiamento de estudos e pesquisas pelo CNPq, pouco se sabe devido ao escasso número de trabalhos escritos. Soares (2001) afirma que a maioria dos estudos que existem acerca da participação das mulheres em Ciência & Tecnologia no Brasil foram publicados anteriormente aos anos 1990, e que atualmente tornam-se mais acessíveis estatísticas acerca da problemática em países norte-americanos e europeus. Neste sentido, o estudo do

caso CNPq realizado por Melo & Lastres (2006), torna-se uma fonte preciosa de informação. Neste, percebe-se que a inserção tardia das mulheres na universidade, reflete-se diretamente na participação destas nas bolsas de pesquisa e de formação acadêmica – Iniciação Científica (IC), Mestrado, Doutorado, e Pesquisa.

Na década de 1990, de acordo com as autoras, houve uma mudança no perfil dos novos cientistas: as mulheres passam a ser maioria entre bolsistas de IC. Por outro lado, a participação feminina nas pesquisas financiadas não ultrapassa os 30% ao longo de toda a década (MELO & LASTRES, 2006, p.3). Nota-se que existe uma nítida hierarquia estabelecida entre homens e mulheres no campo da Ciência e da Tecnologia. Levando-se este aspecto em consideração, ao ser analisada a proporção de atuação feminina e masculina entre os pesquisadores 1A; 1B; 1C; 2A; 2B; 2C; 3A; 3B; 3C - em ordem de importância – percebe-se um crescimento gradual da participação das mulheres no nível hierárquico mais elevado: em 1990, elas representavam 18,5% dos pesquisadores 1A; no ano de 1999, o percentual feminino aumenta para 21%, contra 79% de presença masculina. Assim, o que mais uma vez se observa é que naqueles postos que requerem uma maior acumulação de capital científico (BOURDIEU, 2004), ou seja, um maior reconhecimento a ponto de terem suas pesquisas financiadas, as mulheres são ainda, uma minoria.

Mas isso não é a única forma de discriminação sexual na Política de C&T. Há, além disso, uma divisão sexual das áreas de conhecimento: os homens, ao longo da década de 1990, receberam em torno de 80% das bolsas individuais concedidas pelo CNPq nas engenharias e física; já a concentração de mulheres bolsistas se dá nas Humanidades, na casa dos 60%.

Nas demais áreas de conhecimento a questão assume outro aspecto: mulheres e homens seguem uma trajetória diversa, condizente com os papéis secularmente definidos pela sociedade patriarcal. Por ordem de importância na partição de bolsas, as pesquisadoras se distribuem primeiro em humanidades, segundo, em ciências sociais. (...) Em humanidades, estão carreiras que contém atributos reconhecidos pela sociedade como femininos, ligados ao exercício da maternidade (MELO & LASTRES, 2006, p.15).

De encontro com estes continuísmos, houve uma mudança neste sentido - no período de 1990-1999, a participação feminina passou de 15% para 18% dos pesquisadores das engenharias. Mesmo assim, esta área continua sendo um reduto tradicionalmente masculino. Melo & Lastres consideram que este crescimento pode ser talvez explicado pelo fato de as engenheiras químicas já representarem uma presença relevante. Isso por que a

química<sup>8</sup> tem se feminilizado, em 1999 as mulheres já representavam 49,1% dentre os bolsistas.

Nota-se que o estudo acerca dos financiamentos da formação acadêmica e das pesquisas desenvolvidas por mulheres e homens, pode significar uma peça fundamental no encaixe das demais peças deste quebra-cabeça, que é a análise do campo político da ciência e da tecnologia numa perspectiva de gênero. Os entraves são inumeráveis, mas dentre os principais, posso elencar a não-disponibilização, por parte das principais instituições do sistema de C,T&I, de estatísticas acerca da participação de mulheres e homens pesquisadoras e pesquisadores nas demais áreas de conhecimento, assim como a respeito do volume de recursos destinado às pesquisas desenvolvidas por cada sexo.

Neste sentido, alguns estudos foram realizados a partir dos dados disponibilizados pelo CNPq, o que ainda é insuficiente mesmo esta instituição absorvendo parte significativa das demandas por financiamento. Na realidade, como afirmam Melo & Lastres (2006),

claro que estas informações são insuficientes para desenhar a real participação feminina no sistema científico e tecnológico, faltam os dados das fundações estaduais de fomento à pesquisa e dos institutos de pesquisas como mais detalhes sobre os recursos humanos” (MELO & LASTRES, 2006, p.1).

Os estudos realizados por meio dos dados do CNPq nos permitem uma avaliação, preciosa, mas somente parcial da real situação das mulheres na política de C&T nacional. Informações a respeito das demais fundações estaduais de apoio à pesquisa são necessárias para que se delineie uma compreensão mais aproximada desta questão, e somente então, se de fato ainda se observam mecanismos de discriminação neste espaço, poderão ser elaboradas políticas públicas de combate à desigualdade de gênero mais eficientes.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbaba Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

**BRASIL**. Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.prossiga.br>>. Acesso em: 25 maio 2004.

---

<sup>8</sup> Já na Idade Média as mulheres participavam ativamente das atividades de cura e cuidados com os doentes, sendo também alquimistas, considerados os precursores dos atuais químicos. Foi com a oficialização do conhecimento médico nas Universidades medievais que as mulheres foram expulsas dos recintos escolares.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2004.

HISTÓRIA. Disponível em :<<http://www.cnpq.br/sobrecnpq/historia.htm>>. Acesso em: 25 maio 2004.

MELO, H. P.; LASTRES, H. M. M. *Ciência e Tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso CNPq*. Disponível em: <<http://www.cbpf.br/~mulher/hildete2.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2006.

\_\_\_\_\_; *et al. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil*. Disponível em: <<http://www.cbpf.br/~mulher/hildete1.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2006.

NEFFA, J. C. *Las Innovaciones científicas y tecnológicas – Una introducción a su economía política*. Buenos Aires/ Argentina: Editorial Lumen/HVMANITAS, 2000.

SEDEÑO, E. P. Ciência, valores e guerra na perspectiva CTS. In: GOLDFARB, A. M. A., *et al.* (org.). *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/ Livraria Editora da Física/Fapesp, 2004. (p.201-229).

SOARES, T. A. Mulheres em Ciência e Tecnologia: ascensão limitada. *Quim. Nova*. v. 24, n. 2, 2001. (281-285p). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100\\_40422001000200020&Ing=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100_40422001000200020&Ing=es&nrm=iso)>. Acesso em: 15 Jan. 2006.